

Aos (21) vinte e um dias do mês de fevereiro de 2024, reuniram-se no Plenarinho da Câmara Municipal de São José dos Pinhais, para a 1ª Reunião Ordinária, os membros do Conselho Municipal de Educação: Ana Lucia Rodrigues, Anderson Dias do Rosario, Angela Pereira Branco, Camilla Paola Schwerz, Carmem Lúcia de O. Rocha, Carolline P. de Araújo Maia, Clície Maria C. Negoseki, Dhebora Cristina da Silva, Domingas de Fátima C. Amaral, Fabio Braun, Fátima Batistão Machado, Juliana Canassa, Luiz Carlos Costa da Silva, Maria Madalena de C. Hitner, Marilette Kuhnen, Marilza Aparecida P. Teixeira, Rodrigo Cardozo Gomes, Rodrigo Cristiano de Oliveira, Rosiani Silva Franchetto e Sônia Regina Correa Mafra. Como convidados: Daniela Medeiros de Oliveira, Carla Agulham, Maria Helena Guedes Tetu e Queila Cristina I. Batista Martins. Tendo como pauta: 1- Abertura de Sessão Plenária; 1.1 - Verificação do quórum, faltas justificadas e injustificadas; 1.2 – Carta de desistência, desligamentos; 1.3 - Aprovação da Ata; 2 - Processo criança L.A.S – CMEI Vovó Rosária; 3– Processo criança A.P.V.S – CMEI Maria Vidolim; 4 – Processo criança M.I.X.S – Escola Francisco Xavier; 5 – Processos nas Câmaras: 5.1 – Centros de Recreação; 5.2 – Matrícula de Estrangeiros; 6- Correspondências emitidas e recebidas.

A Presidente Ana Lucia inicia a reunião cumprimentando a todos e coloca que: “Estamos com 16 segmentos presentes, não estão o segmento de professores, do SINSEP, do SINEPE, a Stella havia confirmado, mas ela não poderá participar por falecer um parente dela, o Cláudio primo da Câmara ele foi chamado de urgência para uma reunião, e vai se atrasar, acho que são essas as representações que justificaram suas ausências, a verificação do quórum Já foi feita, nós temos os desligamentos do Conselho, que já foram feitos encaminhamentos tanto para a Secretaria de educação, para quem entregou a carta, para quem tem faltas injustificadas, para o SINEPE, para o Conselho Tutelar, que foi entregue agora para a Fátima levar para pedir a representação e também da Câmara dos vereadores. Nós temos a aprovação da ata que foi encaminhada para todos, todos receberam? Alguém contrário ou alguma observação na ata? OK. Então, ata aprovada. Preciso também colocar uma solicitação que foi feita pela nossa Conselheira Clície no final do ano, ela fez uma carta, pedindo um afastamento de 20 dias, porque nesse período ela substituiu o Secretário Diego Xina e em respeito à legislação do Conselho ela pediu o afastamento, como a lei do Conselho prevê que não pode ter Secretário Municipal ela pediu o afastamento por escrito e retornou a partir do dia 16 de janeiro, quando se pede desligamento, algumas ações são feitas, então ela é a nossa, até então a nossa vice-presidente do Conselho, trago aqui para vocês, se a gente, reverenda, que ela deva continuar sem nenhum problema. Algum problema? Alguém contrário que ela permaneça como a Vice? Podemos manter a permanência como vice?” Ninguém se manifestou contrário. A presidente Ana Lucia declara: “Então ela permanece como a nossa Vice Presidente, de acordo com aquela eleição, ficou só a questão do Fundeb, do qual é mais complicada, é a legislação mais difícil, Clície, você quer fazer alguma colocação relação ao Fundeb? A Conselheira Clície coloca: “Boa tarde, sobre o Fundeb, na verdade, quando a Ana abriu a possibilidade do suplente para a Marilza, ninguém se manifestou, então eu falei, Ah, já ninguém quer ir para preencher eu vou, mas eu tenho bastante dificuldade de acompanhar as reuniões do conselho do Fundeb, eu sou gestora de todos os contratos da Educação Especial, então nesse momento eu acho que é mais transparente que outra pessoa possa assumir.” A Presidente Ana Lucia pergunta: “Alguém tem o interesse? primeiro da sociedade civil, da qual seria o mais adequado, alguém com interesse? Nenhum conselheiro. Os demais, então, que têm interesse de participar do Conselho do Fundeb pelo Conselho? tem duas, mas a Daniela não foi nomeada ainda. A Madalena se coloca à disposição, alguém contrário? Podemos então referendar a Madalena para suplente da Marilza no Conselho do Fundeb? OK. Muito obrigado. Em relação aos conselhos, preciso fazer 2 colocações, Já chegou a resolução da UNCME referente à anuidade, que nós fazemos sempre no início, na primeira reunião, alguém contrário que a gente possa continuar associado ou filiado a UNCME, podemos fazer o encaminhamento para o pagamento do boleto? Ok? Haverá um evento, Já está marcado, que farei nos encaminhamento, que eu não fiz ainda, porque queria trazer para vocês, vai ter o 6º (sexto) Encontro de Presidentes, vai ser em Aracaju, nos dias 5, 6 e 7, e o seminário o 2º (segundo) Seminário Nacional do Fundeb, o primeiro foi aqui em São

José, o segundo vai ser em Aracaju, junto com o dos Presidentes, neste evento, como tem 400 vagas serão abertas apenas para os Presidentes, no caso, o Presidente do Fundeb e na ausência dele o vice pode ir, e do Conselho de Educação, como eu vou pela UNCME, a vice-presidente, então, para representar o Conselho Municipal de Educação de São José dos Pinhais, se ela não conseguir, daí a gente vai para o Luís, que é um segundo representante, que é o secretário-geral, caso ele não possa, daí sim, a gente traz então para uma decisão do Pleno, e assim, a mesma coisa eu acho no Fundeb, as datas, 5,6 e 7 de junho, aí a gente já faz esse encaminhamento para não ter problema e já ver essa questão do financiamento.” Seguindo para a próxima pauta, a Presidente Ana Lucia coloca sobre o processo de uma criança do CMEI Vovó Rosaria, eu solicitei e a Queila veio hoje aqui, ela conhece bem a criança, para ela fazer a as colocações, nós tivemos a reunião da Câmara da educação infantil, nós discutimos sobre 2 (duas) crianças que nós tínhamos, uma delas é sobre essa criança, que está no Pré II e que deve ir pela legislação para o primeiro ano. Porém, nós temos os laudos que vieram, na verdade, os relatórios tanto do CAEP quanto da sala de recursos que ela participou de 5 (cinco) atendimentos que era no Olavo Bilac, o relatório do CMEI que a criança estava frequentando Queila você quer falar?” A Conselheira Queila diz: “Boa tarde a todos, que bom estar aqui de novo, vendo vocês conversando um pouquinho, trouxe essa demanda para a gente avaliar juntos, Já foi levado para a Câmara da educação infantil, foi discutido, a Ana já entrou em contato, nós já conversamos, então o que é que acontece com a criança? Ela frequenta o CMEI desde 2020, no infantil III, é uma criança bem nítida, com as questões de pandemia, a faixa etária dela ali, que foram anos significativos na vida dessa criança, que seria o infantil III, infantil IV, ela ficou aos cuidados da família em casa, a nossa pequena desde que eu assumi como Diretora no Vovó Rosária, ela sempre me chamou atenção, porque ela sempre foi uma criança que pedia muita atenção porque ela não conseguia se comunicar verbalmente, ela não conseguia falar, era só através de gritos e falas altas, e corria e corria para lá e corria para cá, até conversei com a pedagoga, o que acontece com essa criança? que ela só grita e só corre e ela não fala, chamei a mãe para uma conversa, a mãe explicou que não, que a médica disse que ela era normal, que não tinha nada. Enfim, aquela parte que a família não aceita, que tem algo diferente da criança, a irmãzinha dela maior também frequentou a unidade, também teve algumas dificuldades enquanto foi aluna do Vovó Rosária. E daí, o que aconteceu? Nós fomos acompanhando, trabalhando com a mãe, trabalhando com a família, a mãe não trabalhava, ela era do lar, ficava em casa, ficava meio período com a criança, meio período na escola, propusemos para ela trocar o período da tarde para de manhã, para ver se as coisas melhoravam com relação aos gritos, ao desespero dela assim, de estar na unidade, isso em 2022, deu super certo, conseguimos ir fazendo com que essa criança se sentisse parte da turma, do Pré I à qual ela fazia parte, a partir de agosto 2022, a gente começou um trabalho com a mãe falando da importância que ela precisava frequentar o CAEP, que ela precisava de psicólogo, que ela precisava de fono, que ela precisava passar por um neurologista, e aos poucos, a mãe foi aceitando que algo diferente acontecia, porque na escola que a irmã mais velha estava matriculada a irmã também trouxe algumas questões diferenciadas, que precisavam de um acompanhamento um pouco mais próximo, mas não atrapalhou tanto a irmã mais velha, mas a pequena conosco, daí foi onde a mãe optou por ir trabalhar e ela deixou bem claro para mim, Diretora, eu estou indo trabalhar porque a senhora está praticamente me obrigando a colocar a minha filha no psicólogo, na fono, no neurologista e pela fila do SUS são mais de 3 anos de espera, então eu vou trabalhar para poder ajudar o meu marido e vamos tentar, foi o que ela fez, eu mesma ajudei, liguei para várias clínicas, e conseguimos uma clínica lá no sítio cercado, que avaliou, passou pelo médico, avaliou a criança, o médico forneceu aquele laudo, que muitas atitudes correspondem ao autismo, alguns comportamentos, mas ele não poderia fechar o laudo porque ela ainda era muito pequena, fomos acompanhando essa criança, a mãe falou que nesse momento ela só poderia pagar a fono ou a psicóloga, enfim ela chegou a levar e me mostrar o valor lá que ela pagava em torno de 700 reais por mês de fono, eu falei para ela, eu sei, difícil, eu entendo, mas a gente precisa que ela continue, e houve um progresso da Lorena, ai, desculpe, não podia falar o nome né, agora já falei, houve o progresso dela com relação a soltar palavras, no final de 2022, tivemos um progresso bem grande, o primeiro semestre de 2023 também, só que aí a mãe ficou doente e a mãe me procurou e falou assim: “Agora, Queila, eu preciso cuidar

de mim porque eu tenho 2 filhas, agora eu não posso mais pagar, nem psicólogo, nem fono, eu tenho que cuidar de mim, do meu tratamento.” foi onde ela tirou a Lorena dos atendimentos de fono, de psicólogo que ela estava fazendo e dando resultado e foi cuidar dela mesmo aparece ali nos laudos, das declarações que a gente dá que a Lorena frequentou o CAEP até junho, agosto, no máximo de 2023, daí foi onde a gente teve a proposta da Secretaria das salas multifuncionais, da escola Olavo Bilac e a Lorena foi uma das crianças contempladas a fazer parte, ela fez 5 (cinco) atendimentos, houve um progresso bastante significativo, mas nós, enquanto unidade de educação infantil, enquanto que estávamos lá o tempo todo com a criança, vimos que quando nos veio o relatório da sala de recursos, eu e a pedagoga sentamos e começamos a ler e a professora pedindo que nós assinássemos, eu falei para a pedagoga, não posso assinar porque o que está escrito aqui não corresponde à criança que a gente tem, ligamos, conversamos, explicamos, daí foi feito um relatório nosso para acompanhar o da professora da sala de recurso, o dela foi assassinado por ela e nós fizemos um complementar. No final do ano também houve entrega de parecer, a mãe nos procurou e ela saiu de lá chorando, desesperada, porque ela foi conhecer a Escola, ela fez a matrícula, fez tudo certinho, como tem que fazer para frequentar o primeiro ano, mas ela voltou, e falou, “Queila, a minha filha não tem condições de frequentar o primeiro ano, estou desesperada, eu não sei o que fazer.” As Diretoras da Escola Olavo Bilac, sugeriram a ela, mas você como mãe pode também pedir para que essa criança fique no pré II, ela veio me procurar e perguntou: “Existe o mínimo de chance de haver essa possibilidade dela ficar mais 1 (um) ano?” Daí sentei, conversei com ela, expliquei, falei, a gente enquanto instituição não pode impor isso, mas você como mãe, mediante a todos esses fatos, você pode demonstrar esse interesse, foi onde ela começou, no dia 18, 17 de dezembro, ficou desesperada, e eu falei, ó, você tem que ir por esses caminhos, ela foi no conselho Tutelar, o Conselho Tutelar falou, não, não é com a gente, é com outro Conselho, ela queria chegar até o Conselho Municipal, expliquei para ela, existe um Conselho que chama-se Conselho Municipal de Educação, é para eles que você vai encaminhar esse pedido, se vai dar certo ou não, a gente não sabe, mas tente, tente porque você sabe que você vai ter total apoio da professora, da pedagoga, da diretora, enfim, então a Lorena é uma criança que eu, enquanto diretora, enquanto professora, enquanto profissional da Educação Infantil, percebo que esse um ano a mais que ela permaneça conosco vai fazer uma grande diferença na vida dela, eu jamais estarei aqui me colocando falando, e pedindo para que olhasse com atenção para o caso dela, se houvesse, que existe a mínima chance, como apresenta aquele laudo que foi feito pela professora, então esse laudo que a professora descreveu, ele tá OK, ele dá conta, porque de repente era feito no atendimento individual, a criança correspondia ao estímulo individualmente com a professora muito diferente do nosso trabalho, que é feito coletivo no CMEI com mais 15 (quinze) crianças em sala com a Professora, é diferente, por isso que houve algo tão, porque assim, parece que não é a mesma criança, são 2 (duas) crianças totalmente diferentes, eu acho que a Lorena merece essa chance de ficar mais 1 (um) ano no CMEI, na unidade, para que ela possa acompanhar e até para que a gente possa alinhar novamente com a mãe, todos esses encaminhamentos que existem, de CAEP, de fono, de psicólogo, que a mãe até então achava que como a menina começou a soltar algumas palavrinhas, não frases, a mãe achou que estava tudo bem, mas não está tudo bem, não é só isso, tem outras coisas a mais, eu estou aqui, representando a unidade e representando a mãe da Lorena também, que não pode estar e trazendo a situação para vocês, para que vocês conheçam um pouquinho do nosso lado da história, e também falar que a Lorena ela fez agora dia 19 de fevereiro ela entrou, ela é uma criança da idade corte e a gente vê que nesse perfil a idade corte para ela não seria bom ela ir para o primeiro ano, seria bom que ela permanecesse, de repente, mais para a frente, ela é uma criança que ela vai ser retida, seja no segundo, no terceiro ou no quarto ano, de repente ela não vai ter condições de acompanhar o fundamental I, essa seria a minha colocação, obrigado.” A Conselheira Clície pede a fala e diz: “Eu quero falar da sala de recursos, achei assim um pouco delicado a exposição do trabalho da sala de recursos, é um trabalho totalmente diferente do pedagógico, o olhar do professor da sala de recursos é sim o atendimento individualizado, nós não trabalhamos com conteúdos, nós não trabalhamos com a proposta da Educação Infantil, o trabalho da Sala de Recursos é trabalhar habilidades e competências preditoras para aprendizagem e desenvolvimento, então se a professora percebeu que ela tinha habilidades e

competências, preditoras para o desenvolvimento, a obrigação da professora é escrever, talvez o olhar do CMEI, da pedagoga, da diretora e da professora seja um olhar de um contexto coletivo de propostas pedagógicas, o olhar da sala de recurso é o olhar do especialista, é sim o atendimento individual, porém com outro foco, a gente trabalha, na verdade, a gente não foca na dificuldade, a gente foca na potencialidade de cada criança, obrigado.” A Presidente Ana Lucia comenta: “Por isso que não dá para fazer a comparação, não tem como fazer uma comparação de um relatório pedagógico, para um relatório de um especialista, é diferente porque o foco do trabalho da professora da sala de recurso, foi de um olhar mais clínico de um trabalho de olhar de ver as potencialidades, as habilidades que são desenvolvidas com ela e não as questões pedagógicas, Marilza, você quer falar alguma coisa?” A Conselheira Marilza diz: “Só para pontuar que na Câmara a gente não chegou a nenhum consenso, nós também ficamos bastante em dúvida pensando na questão da abertura de precedentes também para a permanência das crianças no Pré II, mas por outro lado, também pensando nas crianças que precisam de um pouco mais de tempo na educação infantil, trouxemos aqui para essa discussão, nem entre nós a gente conseguiu chegar num consenso.” A Presidente Ana Lucia coloca: “Ela tem o direito de ir para o primeiro ano, é o que diz a data corte, mas se ela permanecer, não há problema, porque ela ainda está dentro do limite, quando saiu a data corte, é para dar o direito àqueles que estão pedindo, então o que o STF fez? Ele definiu que até 31 de março, quem fizesse aniversário até 31 de março teria o direito até de ir para o primeiro ano com quem completasse os 6 anos, mas não quer dizer que essa criança que completou em janeiro, a mãe disser que ela quer que permaneça, ela pode permanecer, o que a gente coloca na pública, é encaminhado por uma questão de vagas, por várias questões, mas no privado é feito sim, eles fazem todo um trabalho para verificar realmente, só que no privado é o contrário, eles querem de qualquer forma, a gente tem vários pedidos, eu percebi em janeiro alguns e-mails, mas de que eles possam prosseguir, e não nesse caso, que eles permaneçam é uma retenção? é uma reprovação? Não porque a gente não fala que existe a palavra reprovação da educação infantil, na verdade, como é uma criança com necessidades especiais, ela tem um prolongamento, precisa de um tempo maior para aprendizagem, por isso que a gente não fala em retenção na educação infantil, trouxemos a Queila até porque o pessoal ficou bastante preocupado, estava fazendo uma comparação entre as questões pedagógicas e o trabalho da sala de recurso, que é mais as questões de habilidades e o trabalho com essa criança.” O Conselheiro Fábio pergunta: “Só uma informação sobre essa criança, ela está agora no CMEI ou ela está no primeiro ano? porque as aulas já começaram.” A Presidente Ana Lucia responde: “Eles estão aguardando, assim que sair o parecer daqui, a gente coloca a justificativa de faltas.” O Conselheiro Fábio pergunta: Indo em primeiro ano, vai ter um acompanhamento? ou no CMEI tem alguém acompanhando? Provavelmente o sintoma dela é autismo, não cheguei a ver o laudo, mas depois da fala, eu acredito que seja, mas o CMEI, a prefeitura vai ter alguém acompanhando, a criança com uma autismo ela tem um trabalho a mais para a professora, não vai sobrecarregar o profissional?” A Presidente Ana Lucia responde: “Se ela permanecer no CMEI, ela vai ter todos os atendimentos que a prefeitura vai colocar, ela não vai ter um profissional só para ela, mas ela vai ter lá os atendimentos necessários, a indicação de que ela retome o CAEP justamente vai colocar para que ela tenha esse acompanhamento, até eu queria depois Clície, que você explicasse, acho que você explicou que a partir da metade do ano eles vão começar lá, então já peço depois para você fazer isso, caso ela vá para o primeiro ano, ela vai fazer parte da Sala de Recursos, deve ter uma continuidade aí no trabalho, mas a Clície explica um pouquinho melhor, até em relação ao por que ela foi para o Olavo Bilac, só colocar que a mãe já tem uma filha no Olavo Bilac, para ela seria mais fácil manter as 2 (duas) no Olavo e não uma no CMEI e outra no Olavo, mas de qualquer forma a mãe está tão preocupada com a criança que ela quer manter ainda uma no CMEI ainda e outra no Olavo Bilac.” A Conselheira Clície explica que: “Em setembro do ano passado nós fizemos uma reorganização no CAEP, devido à fila de espera grande para as crianças do Infantil e uma demanda grande de crianças do pré II, entendendo que as crianças que estão no pré II automaticamente, no ano posterior, elas vão para o primeiro ano, nós fizemos então uma proposta das salas de recursos para a educação infantil, que está na legislação, não é nada ilegal, nem coisa da minha cabeça, a gente pensou nesse fluxo e até mesmo para as crianças autistas, uma questão de adaptação ao espaço escolar, que da educação

infantil para as escolas, tem uma diferença de organização de rotinas e tudo mais, então, pensando nesta adaptação, que se fosse a mais tranquila possível e que também a professora da sala de recursos já pudesse trabalhar com ela as habilidades e competências preditoras da alfabetização, que então a gente pudesse trazer essas crianças para a sala de recursos, foi feita uma reunião com cada mãe no CMEI, foi apresentada a proposta e ficou muito livre para a família optar ou CAEP ou sala de recursos, muitas optaram pelas salas de recursos por serem mais próximas da casa, de residência sempre é na escola mais próxima e outras pediram para continuar no CAEP sem problema nenhum, nós tivemos um retorno muito positivo no final do ano, das mães que passaram com as crianças pela sala de recursos, do desenvolvimento que elas tiveram, da adaptação e toda a rotina que foi construída com elas, esse ano a gente vai continuar com esta proposta, porque nós tivemos além do retorno das famílias, o retorno das unidades de que as crianças conseguiram se adaptar e tiveram um bom desenvolvimento.” A Conselheira Queila pede a palavra e diz: “Clicie, até desculpa se a gente expôs a questão da sala de recurso, eu acho que é bem importante e são profissionais maravilhosos, inclusive no atendimento com a Lorena, com certeza, se a professora dela colocou e fez esse laudo super completo é porque ela conseguiu atingir todas aquelas competências que estão descritas, a forma individual, e não quero expor, muito pelo contrário, quero enaltecer as salas de recursos e também quero dizer que foi uma iniciativa e que é um projeto super certo, excelente que a nós, enquanto CMEI Vovó Rosária, tivemos um retorno das famílias bem positivo mesmo, inclusive a mãe da Lorena também, ela não teve acesso a esse relatório, enfim não teve contato com ele, esse foi só passado para a gente, mas eu acho que foi bem bacana, porque tem esse olhar do fundamental I, da professora que está lá de forma mais é estruturada, formal, enquanto instituição escolar, enquanto instituição do ensino fundamental, eu acho que foi excelente, fica a minha justificativa com relação à questão do atendimento mais individualizado e do nosso atendimento como coloquei de forma coletiva, seria isso, Obrigada.” A Conselheira Rosiani diz: “Boa tarde a todos, eu gostaria só de deixar claro, para ficar registrado um posicionamento com relação a esse pedido de votação, eu conheço a Queila, sei da seriedade do trabalho dela, como ela vive a educação infantil há muitos anos, compreendo as palavras dela, sei que estamos falando de um ser humano único, que cada um tem ali as suas especificidades, mas como a Marilza relatou que foi na Câmara, enquanto conselheira, me incomoda a insegurança de votar esse assunto e os precedentes que podem ser abertos, só queria que ficasse registrado isso.” A Presidente Ana Lucia diz: “Ok, podemos então dar continuidade? Então só preciso da manifestação dos conselheiros titulares, e colocar para Rosiani que cada caso é individual analisado, então, assim, por mais que você diga o precedente, ele vai vim para o conselho e nem sempre o conselho vai, Ó, a mãe está pedindo só porque não quer levar para a escola, isso já aconteceu aqui e foi negado também, realmente ali se trata de uma criança com necessidades especiais, por isso que é aberta, tem casos que como a gente recebeu no e-mail que a gente já colocou para eles, a justificativa já foi respondida, respeitar a legislação porque não tinha o porquê, é apenas porque eu penso que o meu filho tem altas habilidades ele pular o pré II e ir direto para o primeiro ano, a gente já encaminha toda a legislação, se quiser retornar ou ir no Ministério público, não tem problema, esse caminhar também a gente faz, é caso por caso, não tem essa questão do precedente, por isso que a gente não abre ou não fica para a escola ou para o CMEI decidir, eles tem que encaminhar para o conselho por causa da legislação, e aí é o órgão normativo que define, a família tem esse direito, mesmo que seja para receber uma negativa, ela tem esse direito.” A Conselheira Dheborá pergunta: “Qual seria o motivo ou o argumento para que ela permaneça no infantil? Eu não entendi porque está sendo solicitado para que ela fique no infantil?” A Conselheira Queila responde: “É a questão da fala dela, ela não consegue, ela não fala através de frases, são só palavras, para você ter uma ideia, ela me chama de Lili Torra e eu levei um tempão para entender o que ela queria dizer com essa palavra, eu pensava será que é um personagem novo de algum desenho? Lili torra, Lili torra, perguntei à professora, mas quem? Por favor? Eu estou há um tempo fora de salas, é um personagem novo, ela me compara, então a professora que já está com o ouvido mais treinado falou, não, ela está querendo dizer diretora, eu falei mas como assim, Lili Torra? E na minha cabeça aquilo era um personagem, porque eu não conseguia compreender, a Lorena, ela vem conversar comigo, mas eu não entendo o que ela fala, ela tem muitas trocas e se ela não é compreendida, ela fica muito nervosa

e ela fica repetindo sempre a mesma coisa até você atender, e se você fala, eu não estou entendendo o que você está falando, daí ela pega a gente pela mão e leva até o que ela quer, ou ela mostra, ou ela dá um jeito de fazer alguma demonstração, então ela tem características mesmo de uma criança com pauta autista, ela tem muita seletividade, ela não trabalha em conjunto com os demais colegas, é só ela sozinha, por isso que de repente a sala de recursos foi tão importante, o CAEP também, porque no atendimento individual, ele é jóia, por isso o desespero da mãe de estar em contato lá, e como que a professora com 20 crianças na sala, vai estar fazendo para atender, a mãe viu também como de repente, tudo aquilo que eu houve de ganho vai haver um regresso, bloqueios, de repente, ela não vai conseguir fazer coisas que ela tem feito, pode ser que ela passa a não fazer mais, no nosso relatório está bem descrito, eu acredito que a Marilza e as pessoas que compõem a Câmara puderam ler, fico com meu coração apertado, de estar vindo aqui pedir porque afinal de contas, é a vida de uma criança que, de repente, poderia ir para o primeiro ano, poderia frequentar super bem, mas será, a gente vive naquela incerteza, naquela insegurança, eu estou vindo aqui mais em defesa mesmo da mãe, do desespero dela, como a Ana falou, para ela seria até mais cômodo deixar as 2 (duas) lá no Olavo, leva as duas, traz as duas, está tudo lá na escola e resolve tudo lá, mas a mãe teve essa percepção, que já era uma percepção nossa também, só que não poderia partir do lado contrário, o nosso, senão poderiam, Ah, mas por que estão querendo que ela fique, não partiu da mãe, da família, então... Depois o relatório está ali à disposição, se algum conselheiro, tiver alguma dúvida, quiser dar uma lida, está bom?” A Conselheira Sônia coloca: “Eu penso o seguinte, se essa criança está apresentando problemas de linguagem com essa idade que ela já está, e esse comportamento como você mesmo relatou de que tem alguns dos comportamentos ali que suspeitam de TEA, eu acho que o mais viável seria encaminhar essa criança para uma avaliação, um encaminhamento para um diagnóstico, porque se ela é uma criança autista, não vai resolver ela ficar mais um ano no infantil, isso não vai resolver a questão dela, o que ela precisa de outros encaminhamentos, precisa de atendimentos terapêuticos, de um atendimento mais individualizado, uma adaptação curricular, enfim, eu acho que a gente tem que pensar bem nessa questão, se realmente é o caso para reter essa criança, se realmente isso vai resolver algo na vida dela, reter essa criança um ano na educação infantil é colocar de repente uma expectativa nessa mãe, nessa família, e daqui a um ano ela teve talvez algum progresso, um pequeno progresso, mas não foi feito nada além disso, uma investigação, uma avaliação realmente com a criança para realmente tomar os caminhos necessários mesmo para a condição dela.” A Presidente Ana Lucia coloca: “De qualquer forma, independente de ficar no Pré ou se vai para o primeiro ano, já iria indicação para que fosse feita a avaliação para essa menina, para ela ter a indicação, eu agradeço o pessoal que tem experiência, do pedagógico, as suas colocações.” O Conselheiro Anderson diz: “Eu não tenho uma experiência em campo, vamos se dizer na educação infantil, mas tenho uma menina de 3 (três) anos e a gente sabe que uma adaptação na vida escolar, é algo que não é uma adaptação de uma ou duas semanas, e sim todo ano e querendo ou não, eu até questioneei bastante sobre essa situação e foi nesse momento que a gente não conseguiu votar, eu vejo que existe uma situação que é um atendimento individualizado, ela ficando na educação infantil por questões de fala, eu na minha opinião, pelo que eu estudei, talvez venha a atrapalhar ficar na educação infantil, até porque o convívio dela com outras crianças que ainda também estão em desenvolvimento da fala, no fundamental, ela estaria sendo assistida na questão da alfabetização da fala, então tudo isso estaria trazendo para ela um ganho, pode ser também ficando no infantil não teria essa perda, vamos dizer assim, mas o meu posicionamento, enfim, já deixando claro que eu estarei voltando para ir para o primeiro ano, justamente por isso a gente ficar segurando esse ano, próximo ano, pode acontecer a mesma situação, até questão porque tem esse processo, essa situação que pode ser que venha a ser avaliada e tenha o autismo, o aprendizado é um pouco mais lerdo, vamos dizer assim, se é a palavra que eu posso usar, a questão da fala, outras situações podem aparecer durante o processo conforme a criança vai desenvolvendo, vem aparecendo outras situações, acho que se a gente ficar segurando, é algo que a gente vai estar só atrasando mais ainda lá na frente, de repente um diagnóstico.” A Conselheira Clície coloca: “Eu não participei da discussão, mas eu levantei 3 (três) pontos aqui para a gente pensar, primeiro se ela passou a pandemia sem convívio com outras crianças, somente com adultos, ela terá sim uma dificuldade no convívio,

em repartir, em dividir, em compartilhar. A fala, ela pode ter sido também atrasada por esse convívio porque muitas vezes as mães não esperam os filhos falarem, não dão a eles a oportunidade de falar, o adulto tem a pressa em resolver pela criança, ela pode ter uma questão congênita, a gente também não sabe, a questão do se comunicar, tanto a professora de sala de recurso, quanto a fono, pode contribuir para uma comunicação alternativa que pode resolver a situação dela. Mas o meu maior questionamento é dentro das propostas para um pré II, vamos pensar assim, o que é educação? é aprendizagem, é desenvolvimento, dentro das propostas de um pré II, de tudo o que é estabelecido em termos de neurodesenvolvimento, de aprendizagem, de cognição, de psicomotricidade, ela atingiu 50%, 60% das propostas, 70, eu acho que aí que a gente tem que focar, se ela participa dentro da proposta da educação infantil, ela tem condições de se desenvolver em outras propostas, acho que a gente tem que focar não só no comportamento de ser fechada, de ser sozinha, de não compartilhar, de não participar em grupo, de preferir uma cor ou outra, da dificuldade da fala, mas sim do desenvolvimento desta criança em propostas educacionais, não sei se eu ajudei vocês a pensarem, ou criei mais confusão, mas a minha ideia é para a gente, eu sei que a gente tem um convívio emocional, a gente cria vínculo, a gente gosta, a gente quer proteger, a gente quer cuidar, eu atendo mães praticamente todos os dias e elas têm, sim, uma Angústia, de proteção, de cuidado, às vezes elas chegam na escola, olha aquele monte de criança correndo, elas se desesperam, mas elas precisam começar a cortar o cordão umbilical e dar autonomia para essas crianças se desenvolverem, eu fiz um contraponto aqui friamente do que eu observei destas discussões.” O Conselheiro Luiz diz: “Na discussão que a gente teve dentro da Câmara, o que mais ficou na dúvida foi referente a um Parecer do CAEP que não veio, me parece que nessa discordância que estava entre o relatório do CMEI e da sala de recursos essa discordância ali que você mesmo falou é, nós chegamos ali, não conseguimos votar em função disso, mas daí me parece que tem agora, esse parecer do CAEP, que fica igual ao que o CMEI propõe, não é isso, Ana?” A Conselheira Clicie esclarece: “O CAEP trabalha com estimulação, é outra proposta diferente da sala de recurso, são 3 (três) pontos de vistas muito diferentes, não dá para dizer: porque o CAEP escreveu assim, a sala de curso escreveu assim, o CMEI, escreveu assim, são serviços com olhares diferentes, para a gente só não misturar as coisas.” A Conselheira Dheborá contribui dizendo: “Trazendo aqui a reflexão, sou pedagoga do ensino fundamental, esse ano temos 3 (três) turmas de primeiro ano, e em cada turma eu tenho crianças que não falam, pelo menos uma criança que não fala, já escrito pelo médico atraso do desenvolvimento na fala de 5 anos e 11 meses, ninguém entende o que ele fala ainda, daqui a 1 mês, acho que eu vou estar entendendo porque a gente faz um treinamento tão intensivo que a gente entende qualquer coisa, mas no momento ninguém está entendendo o que ele fala, temos um caso de autismo já diagnosticado, também com atrasos no desenvolvimento da fala, que provavelmente é uma ecolalia, porque a gente não percebe fala na criança, e na outra turma também tem outra criança que não fala, anteriormente eu perguntei qual que seria o motivo para ela permanecer na educação infantil? Ficou claro para mim que uma das coisas seria a questão da fala, para o ensino fundamental, acho que isso não é o mais relevante, nós damos conta dessas crianças que não falam, vamos ter que dar, damos um jeito, aprendemos, mandamos para terapia, cobramos da família, que tem que cobrar, fazemos nossa parte dentro da escola com a estimulação de fono que hoje é um trabalho que está bem forte dentro do Município, que é a Deise que Coordena e hoje todas as escolas tem que fazer, tanto no regular, quanto no apoio pedagógico, quanto no integral, que é um trabalho que já existe aí há anos e agora está mais estruturado dessa forma, olhando assim de fora e tentando acalmar um pouquinho seu coração, se quiser que eu converse com a Mãe, eu sou bem boa nisso, são poucas que vão reclamar de mim, eu vou tentar te acalmar, no sentido de que ela vai ser compreendida de alguma forma, tem dias que talvez não, às vezes a gente não vai conseguir, mas assim, daqui a pouquinho a gente consegue, leva um mês, leva a dois, mas vai entender.” A Conselheira Domingas de Fátima diz: “Tendo em vista a inclusão, a gente sabe que as crianças autista vão ter vários problemas e a fala é um deles, então, nesse momento, olhando tudo o que a gente viu ali, a gente não vê assim nada que realmente justifique a permanência dessa criança na educação infantil, porque muitas crianças com autismo é isso mesmo, eles não vão falar, vão estar no ensino fundamental, essa criança ainda precisa passar para uma avaliação, porque o médico não disse que ela tem autismo, ainda precisaria fazer essa avaliação e ela receber os atendimentos

necessário para uma criança de inclusão, eu não vejo assim, realmente nada que justifique a permanência dela numa educação infantil.” A Conselheira Clície faz uma observação dizendo: “Uma criança ser considerada público alvo da educação especial, ela precisa de um laudo, pelo fato dela estar no CAEP, ter ido para a sala de recurso, o nosso olhar foi o olhar de acolhimento e desenvolvimento, ela não seria o nosso público pensando assim, mas para dar o suporte, ela estava no CAEP, ela foi para a sala de recursos, o laudo não é só para BPC, não é só para benefício, o laudo é para se pensar, o que fazer por essa criança, é tão importante quanto, precisa-se, sim, trabalhar com essa família a busca desse laudo, ou de uma avaliação mais profunda, com outros especialistas.” A Presidente Ana Lucia complementa dizendo: “Em outras palavras, ainda não é colocada como uma criança com necessidades especiais, mas como uma criança com dificuldade grande de linguagem, e por isso ela não escreve nem nome, né?” a Diretora Queila responde: “Ela reconhece as letras só do nome dela.” A convidada Carla Agulham diz: “Eu sei que eu estou estreando nesse espaço, mas eu estava me segurando bastante, Queila amada, acalma o coração dessa mãe, acalma você também e vamos confiar nesse sistema, o sistema, ele é uma continuidade, a gente precisa dar um amparo necessário para a família, para essa criança, chegou a essa instância, a instância de Conselho, foram dadas todas as possibilidades de pensar para o bem-estar dessa criança, mas a continuidade é o caminho, é ele ser compreendido na sua inteireza, não é assim, ele é da educação infantil e daí lá no fundamental ele vai lá sofrer, não, ele é o mesmo, a gente precisa acreditar nessa inteireza, então acalma o coração da família, vamos confiar no sistema, porque olhares diferenciado já está posto.” A Diretora Queila diz: “É isso que me conforta, porque independente da decisão que seja tomada aqui, que seja pelo melhor para Lorena, vocês falando, cada um com a sua contribuição, a gente pensa que aquelas professoras do primeiro ano que estarão lá para receber, já estão recebendo, elas estejam inteiramente preparadas para esse público, porque a mãe nos procurou, nos procurou porque a diretora, a pedagoga demonstrou algo de inseguro também para estar recebendo a Lorena lá para frequentar o primeiro ano, porque o primeiro ano, as crianças da educação infantil do pré II, para muitas professoras do primeiro ano, elas são um problema, elas não são um probleminha, elas são um problemão, tanto que as Professoras, de forma geral, do fundamental I, com todo respeito às minhas colegas, elas nos odeiam, elas têm pânico da gente, porque na cabeça de muitos profissionais, do fundamental I, nós estragamos completamente as crianças e elas têm que colocar dentro da caixinha, bem certinho, lá quando vai pro primeiro ano e a Lorena, não consigo ver ela dentro de uma caixinha, entendeu? Eu não consigo ver ela sentada numa carteira, como a professora do primeiro ano, ano passado foi lá ver, conheceu o CMEI e falou, Ah, eu deixei pilhas e pilhas de xerox para auxiliar, aplicar para as crianças lá, é um sentimento? É! Mas eu estou do lado de cá, eu sei o que eu estou falando, eu abraço a minha causa, só que também eu conheço um pouquinho, bem pouquinho do lado de lá, e esse é o meu medo, como que as crianças, não só a Lorena, todas as crianças do pré-II estão enfrentando o primeiro ano, as professoras do primeiro ano estão preparadas para essas crianças? Sabe, então nós estamos fazendo uma revolução muito grande na educação infantil e ela tem que ter segmento, nessa revolução, porque as crianças não são mais aquelas das caixinhas bonitinhas, das carteiras que sentam, fazem atividades não são como nós lá atrás, elas são bem diferentes e é isso que me angustia um pouco porque eu não consigo ver a Lorena lá dessa forma, entende? Mas assim, eu estou aqui, representando a unidade da educação infantil, minha bandeira vai ser sempre em prol da educação infantil, e temos que ver que, como a Carla falou, temos que dar seguimento, se o segmento para ela nesse sentido for bom, que assim seja, só que eu não posso deixar, como a Ana me convidou de vir aqui e falar, porque eu fechei o ano com 40 crianças, 60 crianças do pré II, eu fechei o ano com bastante crianças do pré-II e eu estou vindo aqui falar em nome de uma família só, porque se fosse uma outra família, de repente eu não estaria aqui, falaria não, tem que seguir, vamos lá, tem que ir para o primeiro ano, mas também vejo que a decisão não fique assim, Ah, o CMEI, a sala de recurso, ou ah o CAEP, não, é um conselho de pessoas que representam a educação do município que vão estar dando voto e falando, não, essa criança vai para o primeiro ano, abraçamos a causa, ela vai ser bem atendida, ela vai ser bem estimulada, ela vai continuar na sala de recursos, ela vai continuar com esse atendimento, ela vai passar por avaliação, mas é uma criança que tem a luzinha amarela acesa, ela e a família vão precisar de tudo isso e nós educação, que faço parte, temos



que dar conta, temos que ter o braço para poder ajudar, auxiliar e atender, vamos lá, que seja feita, que seja tomada a melhor decisão.” A Presidente Ana Lucia coloca: “Tanto a questão, como a Dhébora colocou de receber as crianças lá, eu enquanto pedagoga, fiquei 30 anos em escola, como pedagoga a gente sabe que a partir do primeiro ano, como a Queila ainda falou, a questão do brincar, ainda fica difícil lá no primeiro ano, até por uma questão estar lá na escola, a gente sabe que tem uma outra conotação, as meninas que são da educação infantil, a Clicie que acompanhou, a gente sempre teve uma dificuldade de colocar assim, primeiro ano não precisa ser aquilo seguindo a cadeirinha, um atrás do outro, ele pode ser um trabalho diferenciado, ele pode ser um trabalho mais interessante para a criança, o senso quando chega no segundo ano, é o maior número de reprovação que nós temos na rede é o segundo ano, porque é que isso acontece, porque o primeiro ano, ele acaba não reprovando, a legislação não reprova o primeiro ano, aí as questões todas de alfabetização, os problemas que vão surgir, eles vão surgindo lá no segundo e aonde nós temos o maior estresse de professoras é o segundo ano, porque chegam esses casos, mesmo sendo dificuldade de linguagem, eu entendo perfeitamente todas as questões, eu também nossa, entrei em várias dúvidas porque a gente pensa na criança, mas lembrando que não, não sei qual das pessoas, não sei agora quem falou, na verdade, a faixa etária dela, se ela permanecer, ela está na faixa etária, ela está avançando, que é o que eu falei, a data corte veio, lá estaria a fazer o primeiro ano praticamente como se fosse uma criança que está adiantada a mais do limite dela, a faixa etária dela hoje seria realmente o pré II, é isso que eu falei, ela tem o direito, o que o STF fez? Ele deu o direito para quem ainda acha que a criança deve ir, aquela criança que é mais estimulada de poder ir para o primeiro ano, tem esse direito, mas a faixa etária dela seria a anterior, então seria o pré II, ela não estaria fora e não é nenhuma retenção, o que tem que se pensar é no direito da aprendizagem desta criança, ela tem todo o direito ainda, e para mim, a educação infantil eu penso que é uma das fases fundamentais, fundamental para a socialização, para aprendizagem, por todos os aspectos, porque em muitos casos, crianças que avançam um pouco mais como essa e aí vem a professora e diz assim, por que essa criança está com dificuldade? Porque essa criança não vai passar, porque essa criança... e acaba reprovando no segundo ano, ela faz o segundo ano novamente e vai que uma beleza, quem está lá na escola, quem teve na escola, fala...” a Conselheira Marillette diz: “Conversando com o Rodrigo agora, que há uns 9 anos atrás nós fizemos um levantamento no Município das turmas que mais reprovavam nos últimos anos e é o segundo.” A Presidente Ana Lucia, concorda e diz: “É o segundo ano, é sempre o segundo ano, por isso, olhar para essas dificuldades que nós temos, de pensar aí nessas crianças.” A Conselheira Camila, diz: “Bom, peço licença aqui para falar, não sou especialista da educação infantil, mas ouvindo tudo isso, não consigo me calar no sentido de uma reflexão, do que foi uma interpretação minha, que é para além da fala, se de repente é uma questão de maturação emocional dessa criança, de que ela será que ela vai dar conta de se ambientar nesse novo espaço? Como eu falei, eu não sou especialista na educação infantil, porém eu circulo as escolas do município através dos projetos que eu ministro, projetos sociais, e sou mãe de 2 filhos, um filho grande de 20 (vinte) anos, e uma menininha de 2 (dois) anos que está na educação infantil, é outro ambiente, a creche, os primeiros aninhos ali é um ambiente, a escola fundamental, ali o início é outro ambiente, eu fiquei pensando por tudo que foi dito, será que não vai ser traumatizante para essa criança, de repente mudar toda a estrutura física, eu posso estar falando muita bobagem, mas eu não poderia deixar de falar porque foi uma percepção minha, tendo em vista que a equipe, a professora que está na lida no dia a dia com a criança, considerou de que seria interessante ela permanecer, então eu acho que é um ponto a ser considerado nesse sentido de que será que ela vai levar um susto com isso e será que não vai acabar reprovando ali na frente, e também pela outra coisa que a gente estava comentando aqui, a idade conforme foi dito, a idade de corte ali, ela não vai ficar atrasada, por isso achei que deveria expor essa reflexão.” O Conselheiro Fábio diz: “No caso, eu falo, vi com meu filho, ele teve problema no primeiro ano, no CMEI não era aconselhado ir primeiro ano, teve um atraso de 6 meses para ele se adaptar, a própria professora, diretora do CMEI, ela alegou que ele deveria ter ficado, na época, não existia a lei, a gente teve que ser obrigado, ele teve trauma, teve dificuldades para se adaptar, no meu ponto de vista como pai, ele teve tratamento no CEMAEE, no CMEI foi descoberto que ele tinha problema, se não fosse o CMEI ele não estaria nem fazendo forno hoje, agradeço muito você mais por causa disso, por

me auxiliar, com a nossa amiga falou lá atrás a mãe fala pelo filho, então isso atrasa bastante também, eu acho meu ponto de vista como pai e eu já tive problemas próprio, acredito que seria melhor para essa criança continuar no CMEI, porque ela não vai se atrasar, com o tempo ela vai se recuperar esse tempo perdido, não é o tempo perdido para ela se adaptar, se ela for para o primeiro ano, como ela tem problema de irritabilidade, ela vai totalmente se irritar mais ainda, o pessoal que vai votar pense antes como vai ser a irritabilidade dessa criança no primeiro ano com as outras crianças, com a professora, que vai ser um espaço maior, é totalmente uma adaptação muito grande, meu ponto de vista como pai, já adiantando meu voto, é para permanecer no CMEI.” A Presidente Ana Lucia diz: “Agora vamos partir para a votação, nós temos aí pela permanência no pré II e para que ela vá para o primeiro ano, então vamos colocar a opção 1 pela permanência no pré II e opção 2 para que ela prossiga para o 1º ano, podemos fazer dessa forma?” A Conselheira Rosiani diz: “Você pode só esclarecer bem certinho, acho que eu tinha uma interpretação equivocada que você falou da questão legal, 6 (seis) anos até 31 de março é uma opção?” A Presidente Ana Lucia responde: “Na verdade, é um direito, você leia lá, está escrito assim, ele tem o direito, porque a maioria das famílias estavam pedindo ao STF e ao conselho nacional de educação, Ah, meu filho tem condições, chegou a ir até julho, 31 de julho teve uma época, na época da minha filha foi primeiro de março, minha filha fazia 4 de março, então teve que ficar, porque esse primeiro de março não podia, mas isso estava em cada estado, porque em Santa Catarina, era 31 de março, Rio Grande do sul, era 31 de julho, então cada estado tinha determinado a sua data, então o STF foi lá e colocou, ele tem um direito a ir, o que se faz na escola pública que a gente, vai caminhando com eles, e a escola particular era muito mais um pedido de escola particular, dos pais da escola privada do que as nossas, mas no caso dessa criança, por exemplo, se ela ficar ela não vai estar fora da faixa etária dela, ela está dentro da faixa etária, e nesse caso, para que a criança permaneça nem precisava levar para o Conselho, até porque, pela legislação está dizendo que é um direito, se ela for no Ministério Público, ele vai dizer não, ela fica em pré II por causa da data, mas a gente trouxe até por uma questão da precedência, tem que passar, porque se não começa assim, Ah, eu quero que fique na educação infantil que não quer ainda que vá para o primeiro ano, esses casos estão aparecendo vários, não faz sentido essa questão, a gente tem alguns casos que vieram agora e estão vindo para o conselho, ok? Então a opção I para que permaneça no pré II e a opção 2 para que prossiga ao primeiro ano.” A Presidente Ana Lucia inicia a votação perguntado para todos os titulares e suplentes na condição de titular. “Carmen, um ou dois?” A Conselheira Carmem responde um e pede para justificar, e diz: “Sou pedagoga, 30 anos de sala de aula, professora, agora estou na universidade, mas fui pedagoga, desde o começo a minha posição era essa, porquê? tem a idade, se ela quiser ficar, não vai perder esse tempo, ela precisa de um tempo mais para sociabilizar, brincar, interagir, desenvolver, e aí ano que vem ela faz o primeiro ano e a professora já está adaptada, na minha época, nós tínhamos que resolver a situação, não tínhamos treinamento, não tínhamos laudos, então a gente tinha que se desenvolver, a nossa sala era um ensino, antigamente era pré III, depois era a primeira série, então a primeira série era continuidade, alguns alunos desenvolviam 2,3,4 meses, outros não, se ela tem essa possibilidade, de ficar mais 1 ano, interagir, desenvolver com os tratamentos que precisa ser feito, e laudos, por isso tudo, justifico meu voto.” Dando sequência a votação a Conselheira Fátima Batistão se abstém; Conselheiro Rodrigo Cristiano se abstém; Rodrigo Cardoso, abstenção; Conselheiro Fábio, opção 1; Conselheira Camila, 1; Sônia, 1 com a ressalva de que essa criança tem que ser imediatamente encaminhada para uma avaliação e encaminhada para os atendimentos que ela necessita; Marilza, 2 e justifica: “Pensando que todos os anos a gente tem crianças na mesma situação em que acabam indo para o primeiro ano.” Anderson, 2; Madalena, 1; Angela, abstenção; Rosiani, 1, Porque a presidente esclareceu o embasamento legal e porque esta família em especial fez o pedido, tem tantas outras que vão para o primeiro ano e não fazem o pedido, esta fez e se tem embasamento Legal, eu voto um; Luíz, 1; Ana Lúcia, 1; Clície, “É uma decisão muito difícil, eu acredito no 2, porque eu acredito no desenvolvimento, penso no 1, agora eu vou falar pela realidade que eu nós estamos vivendo na educação especial, nós precisamos que essa criança tenha sim um encaminhamento urgente para as áreas da saúde, porque mesmo que ela permaneça no CMEI, se não se trabalhar todas as defasagens que ela tem, isso vai se cristalizar e não vai se resolver mais, então ao invés da gente correr atrás de

desenvolvimento, se cristaliza e todo o ano ela vai ter dificuldade de aprendizagem, eu vou votar na opção 1, pelo embasamento legal que ela ainda tem o direito de permanecer, e pela criança, vou ser coração de mãe aqui agora.” Fátima (Domingas), abstenção. A Conselheira Dheborá pede para fazer um comentário e diz: “A gente começa a escutar algumas falas e daí vem na cabeça, Ah, vou votar no um porque essa mãe ela precisa fazer essa avaliação, só que eu escutei a Queila falar que a mãe iria cuidar da saúde dela né, que essa era a prioridade dela naquele momento, não sei como que está agora, não sei também qual é o problema dela, mas, enfim, também precisa ser prioridade essa questão de saúde dessa criança.” A Presidente Ana Lucia coloca: “Vai ser colocado no Parecer e quando é colocado no parecer, a gente exige principalmente que o CMEI ou a escola faça o encaminhamento dos relatórios para gente fazer esse acompanhamento, e na hora a gente chama a família.” A Conselheira Dheborá diz: “É indiferente para onde ela vai, ela precisa da sua avaliação, desse acompanhamento, não pode ser só prioridade a saúde da mãe, claro que também em senão a mãe não consegue levar ela, mas me preocupo um pouco, essa fala, essa fala me deixou bem preocupada.” O Conselheiro Anderson diz: “Pessoal, só falar sobre uma situação também que foi falado sobre a situação de ter a criança numa caixinha e assim por diante, eu acho que é uma falha, não no infantil, mas acho que tanto infantil quanto no fundamental, que é a questão da transição, hoje a gente falha numa situação tanto do infantil, mas a transição do pré II, do infantil ou até mesmo do quinto ano para o sexto ano que é justamente a questão que muitas vezes a gente vê aí, o Rodrigo, é professor, sabe muito bem que quando uma criança chega para praticar, até mesmo uma questão de educação física, tudo para ela é futebol, não tem diferença, não tem uma transição muitas vezes, então assim, ninguém aqui a gente não quer achar um culpado, eu acho que é uma questão da gente poder fazer essa transição, não só porque a criança é autista ou não, mas para os demais também, porque todos é que nem eu comentei, adaptação é todos os anos, seja para infantil, I, II, III, todo ano a gente tem que se ver abraçado com a criança, a criança chorando, porque ela quer ficar, porque ela ficou um mês, 2 meses em casa, ela quer ficar de novo, ela quer dormir um pouquinho mais, como diz a minha filha, quer dormir um pouquinho mais, então é uma situação de nós mesmos fazer essa transição dentro das escolas.” A Secretária Vanessa divulga o resultado da votação: “Continuar no pré II, 9 (nove) votos, seguir para o 1º ano, 2 votos, e 5 (cinco) abstenções.” A Presidente Ana Lucia diz: “Então ela vai permanecer no Pré II, e a gente vai fazer todos os encaminhamentos com essa mãe, como foi o pedido da mãe para o Conselho, vamos chamar essa mãe lá para conversar conosco e a gente vai fazer todas as exigências necessárias, inclusive a avaliação, tem que ver uma agenda depois com a Clicie, verificar quando, porque às vezes nós, por exemplo, Ah, exigimos, mas ainda não tem agenda, então temos que ver todo com cuidado também.” A Conselheira Queila diz: “Eu gostaria, se fosse possível, gostaria que a mãe nem soubesse que eu estive aqui, eu coloquei para ela, ela como mãe, queria que tomar todas essas providências, justamente por conta dessa fala lá em Julho, “eu preciso cuidar da minha saúde” era a desconfiança de um tumor, mas ele não era maligno, Graças a Deus, se possível for, que o conselho dê essa notícia para a mãe através daquele número de protocolo que foi gerado na prefeitura e seja chamada lá na Secretaria de educação, que seja formalizado esses acordos com a mãe, você vai ter que fazer isso, você vai ter que fazer aquilo, você vai ter que fazer avaliação, você vai ter que levar um médico, tem que fechar, porque ela tem que trazer para si a responsabilidade desses atendimentos, a gente entende que ela tem que trabalhar para poder custear muita coisa para. O SUS, de repente, não dá jeito de pagar, mas ela precisa, precisa ter alguém que leve, essa criança tem que aparecer. Eu falei para ela, sua criança tem que aparecer, você tem que ir no CRAS, você tem que ir atrás dos seus direitos, tem que ir na unidade básica, eu dei todos os encaminhamentos para ela, precisa, não adianta só a gente ficar correndo atrás, porque daí parece que está correndo atrás do próprio rabo e não sai do lugar, tudo bem você vai ser atendido no seu pedido pelo melhor da sua criança, mas em contrapartida tem muita coisa aqui que vai ter que ser feito para que o ano que vem ela possa frequentar o primeiro ano, a gente tem que correr atrás do tempo, digamos, perdido.” A Presidente Ana Lucia diz: “Nesse caso, além de chamar a mãe, a gente vai pedir para a Carla do Departamento Infantil, A Clicie, a Marilza e a Marilette, para ela sentir a responsabilidade, que você esteja junto, já que é a Diretora da escola, ou a pedagoga, para que a gente faça essa fala e ela sinta o compromisso, fazendo ata e tudo de que ela deve voltar aos

atendimentos, ela fazia fono, de voltar para fono, porque é fundamental a questão da fono, até o próprio Fábio colocou aqui, a questão do filho dele foi fundamental, ter o trabalho do CEMAEE e a fono, e Claro a avaliação para que se verifique quais são as dificuldades que essa criança tem, OK? muito obrigada pela participação, fique à vontade para permanecer, mas se você precisar sair, esteja à vontade também.” A Presidente Ana Lucia segue para a próxima pauta que é sobre uma criança do CMEI Maria Vidolim, “É uma criança do infantil IV para o pré-I e a solicitação da família é de que ela também permaneça, é uma criança que a Clície conhece muito bem e eu vou pedir para fazer a colocação, depois a Marilza também faz, eu conversei com a mãe, é uma criança que a família tem condições financeiras de colocar no particular e a intenção é colocar no particular, ela tem todos os atendimentos clínicos, todos pagos, todos, mas eu vou deixar agora para a Clície, porque como ela ficou no Maria Vidolim e a educação especial acompanhou bem esse caso.” A Conselheira Clície diz: “Ele tem o diagnóstico de TEA, vou situar assim, quem que é a criança, ter uma rigidez comportamental grande, em termos de socialização quando ele iniciou no CMEI a gente pode dizer que ele tinha um nível de suporte 3 (três), depois das intervenções, do desenvolvimento ele melhorou bastante nessa questão da socialização, das interações entre os pares, do brincar, da seletividade alimentar, foi um ano de grandes ganhos, agora vou trazer 2 lados, um lado da educação e o lado da família, a família tem uma expectativa de que seja desenvolvido dentro do CMEI intervenções terapêuticas que são de responsabilidade da área da saúde, por exemplo, atendimento é um atendimento terapêutico que faça as intervenções, já ao longo do ano passado conversamos bastante com a mãe, é uma conversa difícil, mas porém uma conversa muito cordial de que na área da educação nós não temos profissionais de saúde e o foco da educação é desenvolvimento e aprendizagem de questões pedagógicas questões comportamentais, mesmo que seja o TEA, é um trabalho que é desenvolvido em parceria com os terapeutas que atendem à criança, temos uma suspeita de todas as condições da criança de uma deficiência intelectual, porém, há uma resistência da mãe de perceber essa dificuldade, vai muito além de somente a questão sensorial, da questão comportamental, de socialização e de seletividade alimentar, tem algo que precisava ser investigado com maior profundidade, porém a mãe é resistente, até entendendo o porquê, desse acompanhamento de 1 ano, a gente acaba entendendo o porquê, a ansiedade da mãe é de alfabetização, eu conversei com a diretora do CMEI, então a mãe acha assim que no pré I precisa se alfabetizar o filho dela, então precisa começar a trabalhar com letras e com números, porque senão no primeiro ano ele não vai conseguir dar conta, e não é essa a proposta da educação infantil no município, a proposta da educação infantil, é outra. Então ela tem assim uma insatisfação com a questão pedagógica, neste sentido, eu acredito que para essa criança nós temos que trabalhar muitas outras coisas que estão muito aquém do processo de ler e escrever, ou de contar ou de conhecer números e quantidades, ele precisa de outros estímulos, ele é bem acompanhado, ele faz todas as terapias, tudo o que é preciso e necessário, ele não está desassistido em nenhum sentido, mas ele precisa do tempo dele de desenvolvimento e o tempo dele de desenvolvimento é um tempo que está muito longe da expectativa da família, é uma construção muito difícil de se fazer isso com uma mãe que tem um sonho, tem uma expectativa muito grande com relação à criança, conversando de novo com o CMEI que está ali todos os dias acompanhando, acreditamos que precisa-se, sim, que ele seja acompanhado de outras formas, que não seja a sistematização propriamente dita, eu fico preocupada, até falei para a Ana quando ele vai para uma centro particular, porque lá existe a sistematização propriamente dita em muitos casos, e talvez ela esteja buscando isso. A maior queixa dela é assim, ninguém me escuta, mas é que ninguém escuta ela porque ela quer uma educação que nós não ofertamos, que não é proposta da educação infantil, seria isso.” A Conselheira Marilza coloca que: “Esse caso, foi um caso que na Câmara, nós conversamos bastante, a Clície esteve lá conosco, apresentou todas as situações, a gente fez uma leitura de todos os laudos, porque foi apresentado e nesse caso a gente teve consenso da permanência, até porque está dentro da educação infantil, não tem nenhuma relação com o ensino fundamental e também em relação a essa espera da mãe, tem que ter um tempo um pouquinho maior.” A Presidente Ana Lucia coloca que: “A mãe, ela esteve conversando comigo, ela fez elogios a Educação Especial, a fala da Clície, até acabei não colocando para você, ela falou que conversando com as terapeutas que atende, ele ainda não está no processo de alfabetização, então ela entendeu isso, por isso que ela está solicitando que

ele permaneça, para que desenvolva as habilidades que ele ainda não conseguiu, ela até queria, mandou um e-mail ontem, solicitando que se conseguia uma vaga na APAE, mas aí ele precisa de toda uma avaliação para poder ir para APAE, e não tem vaga assim tão fácil, né Sônia? Para APAE, essa mãe ela voltou atrás e chegou isso ontem, ela disse que se tivesse vaga na APAE, ela colocaria na APAE aí eu coloquei o que você me falou do Madre, ela não quer o Madre, ela preferia a APAE, eu disse, olha, eu sei que tem uma fila grande para APAE e ele teria que ir para o pré I, mesmo no Madre ele teria que ir para o Pré I, como ela quer e pode pagar, no caso um terapeuta, um tutor, a pessoa que vai estar ali com a criança, isso é possível no privado, então ela mantém que ela quer matricular no privado, ela deixou no Maria vidolím até que o conselho resolvesse, mas ela não está mandando o filho para lá, ela tentou que tivesse um atendimento só para ele, ela argumentou que foi tirada no final do ano a tutora que atendia o filho dela, de qualquer forma, ela quer levar para o particular, ele tem atendimento clínico todas as tardes e ela vai matricular ele no infantil IV, pela permanência que ela está solicitando, pela manhã, no privado, sendo que nós sabemos que o infantil IV ainda não está na obrigatoriedade.” A Conselheira Clície diz: “Nem todas as escolas abrem a possibilidade de um AT trabalhar, provavelmente, ela deve ter feito algum acordo, não são todas as escolas particulares que abrem possibilidade de um terceiro dentro do espaço, desconheço, eles têm um critério bem rígido, com relação à avaliação dele para ir para a APAE ou para a Madre que fosse, acredito que hoje seria uma avaliação que não se fecharia, sempre teria lacunas, a Fátima que é avaliadora pode me ajudar, por outras questões, ele não daria respostas tão significativas, ele poderia ser muito prejudicado na avaliação, acredito que ele precisa sim passar um tempo maior, de desenvolvimento, para depois fazer passar pelo processo de avaliação.” A Presidente Ana Lucia complementa: “A data de nascimento dele é 25 de março, ele cai no mesmo direito da criança anterior, ele não estaria fora ainda da faixa etária dele, tendo direito a prosseguir, mas não estaria fora se ele permanecer ainda no infantil IV, alguma colocação? Podemos passar para a votação?” A Presidente Ana Lucia coloca as opções para que os Conselheiros votem, sendo: opção 1 pela permanência no infantil IV e opção 2 para que ele prossiga para o Pré I. A Presidente Ana Lucia também coloca que : “Ele passando para o pré I, o atendimento dele, e os atendimentos clínicos ele também permaneceria, a mãe não iria tirar, até bem pelo contrário, ela até se coloca para ter o terapeuta, que é isso que ela quer, ela quer uma terapeuta para atender o filho dela, ela tem condição, a orientação, foi de que se ela quer um atendimento individualizado, melhor hoje é o privado, que ela possa ir para o ensino privado aonde ela vai ter os atendimentos necessários, ela falou de uma dificuldade de conseguir o horário pela manhã, mas existem sim, a gente fez uma análise das escolas privadas que tenham obrigatório no período da manhã, a gente também vai passar para ela, caso ele vá para o Pré I.” A Conselheira Clície pede para fazer um esclarecimento e diz: “A profissional de apoio dele não foi cortada, ela foi desligada a pedido da diretora do CMEI porque ela apresentava muitas faltas, no mês de dezembro ela compareceu somente um dia para trabalhar, então nós não achamos justo que ela continuasse no nosso quadro, ela pediu redução de carga horária e nós não tínhamos como fazer redução de carga horária dela dentro do contrato.” A Conselheira Dheborá pergunta: “Ele realmente frequentou o CMEI no ano passado?” A Conselheira Clície responde que ele frequentou fielmente. A Presidente Ana Lucia segue com a votação. Todos os Conselhos de colocam favoráveis a permanência da criança n Infantil IV, somente a Conselheira Sônia se abstém, foram 15 votos para permanecer no infantil IV e 1 abstenção. A Presidente Ana Lucia segue para o próximo caso colocando: “A próxima criança é uma menina da escola Francisco Xavier, matriculada no primeiro ano e logo no início ela acabou não frequentando o primeiro ano porque ela já foi hospitalizada por apresentar uma malignidade, um câncer, ela Foi internada, passou o ano inteiro no hospital, não recebeu alta, a família optou pelo não atendimento hospitalar, até pela questão de que a menina ela estava totalmente de cama, não vamos colocar as fotos aqui porque é bem triste, e com todos os aparelhos, então ela ficava realmente na cama, a mãe está solicitando que ela não vá para o segundo ano, porque o primeiro ano, fala na obrigatoriedade, que a criança no primeiro ano não é retida, mas que essa criança vá para o segundo ano, e a mãe está solicitando ao conselho que ela permaneça, a direção da escola quer é o ato legal, na questão dessa criança, fomos atrás para estudar e verificar o que fazer nessa situação, a criança foi matriculada no primeiro ano, mas ela não frequentou o primeiro

ano, portanto, ela tem direito ainda a fazer o primeiro ano, por isso que a gente trás aqui, para que o conselho, né? Veio também o Ministério público, que a mãe fez o encaminhamento para o Ministério público e veio do conselho tutelar também, A Conselheira Domingas de Fátima coloca: “Veio para gente essa solicitação da mãe que até procurou o Ministério, entrou no Concerto tutelar, e o que a gente analisou é que realmente é um direito dela, porque não é uma retenção, ela não frequentou o primeiro ano, então precisa frequentar esse primeiro ano e o fato dela não ter frequentado, não por opção, mas por não ter realmente possibilidades por ter ficado o ano todo no hospital, com um estado muito grave.” A Presidente Ana Lucia complementa dizendo: “A mãe justificou que ela não quis o atendimento domiciliar porque naquele momento ela estava preocupada com a saúde, iria mexer muito com as questões da fragilidade da criança, como forçar a criança ainda está deitada, então a mãe está solicitando que ela frequente o primeiro ano, só que ela continua no hospital, continua ainda no hospital e é maligno o câncer.” A Conselheira Domingas de Fátima continua: “Na Câmara todo mundo também colocou seu voto que concorda com a permanência dela no primeiro ano.” A Presidente Ana Lucia pergunta: “mais alguma colocação? Podemos colocar então em votação? A primeira opção seria pela permanência no primeiro ano e a segunda opção para que ela prossiga para o segundo ano.” O Conselheiro Anderson pergunta: “O ano passado ela não tinha condições de fazer o atendimento hospitalar, isso? E esse ano, se ela for ficar no primeiro, vai ter esse atendimento? Como que procede?” A Presidente Ana Lucia responde: “A educação especial sempre se coloca lá para o atendimento.” Conselheiro Anderson pergunta: “Já está encaminhado alguma?” A Conselheira Clície responde: “É um direito, toda criança com atestado médico acima de 30 (trinta) dias tem o direito de ser atendido ou um atestado por tempo indeterminado, que era o caso dela, o que eu comentei lá no dia da reunião é que para o retorno dela para a escola ou liberar o atendimento domiciliar, precisa-se de uma declaração médica, por ser um tratamento imunossupressor, são pessoas que vão adentrar ao espaço, pessoas que vêm de outros espaços, então a gente precisa que o médico libere o atendimento domiciliar ou o retorno dela para a escola.” O Conselheiro Luiz faz uma observação: “Você pode ver ali, ó, que aquele atestado está sem previsão de alta, a última data 20/06/2023, não teve atualização, ou seja, ela ainda está internada.” A Presidente Ana Lucia segue para a votação, opção 1 para que ela permaneça e possa frequentar o primeiro ano e 2 para que ela prossiga ao segundo ano, por unanimidade os Conselheiros aprovam a permanência da aluna no 1º ano do ensino Fundamental. A Próxima pauta é sobre os Processos nas Câmaras, a Presidente Ana Lucia informa que há dois processos pendentes, “O centro de recreação, que seria para a Educação Infantil e matrícula de estrangeiros, na verdade a legalização deles, que seria para a Câmara de planejamento e normas, recebemos mais algumas correspondências e entre eles temos do em tempo integral na educação infantil, o que é mais urgente? tanto o centro de recreação quanto essa da educação em tempo integral, mas esse é prioridade, né Carla? pelo atendimento, já que tem com as crianças, precisamos colocar para a Câmara e depois trazer para o para o pleno e provavelmente a gente faça uma extraordinária ou ainda dá tempo, porque já é na primeira quarta-feira do mês de março a nossa reunião, que é daqui a 15 (quinze) dias, temos que caminhar ali com a Câmara da educação infantil, acho que já podemos marcar para segunda-feira, 8h30, não tem reunião do Fundeb? que uma vez bateu, não? OK, então pra segunda-feira a de Câmara de educação infantil e a rematrículas de estrangeiros, podemos marcar para terça-feira? a gente vai colocar lá no grupo que é o Luís, e aí o pessoal se manifesta porque nós temos aí algumas trocas de conselheiros também, entre as correspondências, por que o centro de recreação é uma prioridade? porque nós recebemos uma denúncia no mês de janeiro, a Madalena que estava, ela recebeu, na verdade, nem é centro de recreação, é um local que está recebendo crianças, a Marillette também foi lá, fizeram uma visita, a Divisão de Estrutura, sobre o atendimento de crianças e a mãe fez denúncias sérias, graves em relação ao atendimento das filhas gêmeas, 2 crianças gêmeas, que hoje estão no letrinhas coloridas, que foram para o CEI Letrinhas coloridas, e mesmo assim, a mãe quer providências, como ela não tem um registro, nós vamos fazer o encaminhamento, devolver aos secretários para que quem deu o alvará e a vigilância sanitária, a orientação é que feche a unidade, não sei se a Marillette e a Madalena querem fazer alguma colocação.” A Conselheira Marillette diz: “A gente foi lá, fez a visita, eu fui com o pessoal da estrutura, é um local bem comprometido, que não oferece muita segurança para as crianças, começando pela questão do

muro, tijolo solto, o espaço muito escuro, sem ventilação, chegamos lá, as crianças ficavam sentadas no chão, assistindo televisão numa tela de computador muito alta, tinha bebê de colo, não tinha ventilação, a cozinha também, não oferecia ventilação, tinha uma janela da sala de aula que dava acesso para cozinha, ou seja, várias situações lá que comprometem o local, como as meninas não estavam mas lá, a gente foi até o CEI, eu mesma verifiquei as partes visíveis do corpinho, porque elas estavam dormindo, olhei as perninhas, olhei os braços, não visualizei, nenhum machucado, nenhum roxo, nada que pudesse afirmar o que elas haviam falado, que a mãe era negligente, as meninas do CEI falaram que as crianças estavam cheirando bem cuidadas, a mãe era atenciosa, o que não batia com as informações no centro de recreação, acredito que basicamente é isso, eu sinceramente, enquanto NUDCAI fecharia o local, sendo que a estrutura nos passou, que já haviam feito todas as orientações para que houvessem as reformas e não haviam sido feitas, então já tendo tido essas orientações e não se mudou, não acataram as orientações, acredito eu que não tenha o que se fazer a não ser realmente fechar.” A Presidente Ana Lucia coloca: “No caso, como não tem a legislação pertinente, na educação, porque ela não faz atendimento educacional, ela faz um atendimento de acolhimento de crianças, então não compete ao conselho, nem para a estrutura.” O Conselheiro Rodrigo diz: “Eu conheço esse caso, nós fomos lá através de uma denúncia, chegamos lá, a situação estava bem precária, do que vocês viram lá com certeza, visitando vimos que não tinha condições, enfim, na época tinha 45 crianças mais ou menos lá dentro, foi conversado com o Secretário para a gente ver a possibilidade de ser fechada, o secretário falou, Ah, vamos orientar, orienta conforme as leis, fizemos toda orientação com base na SESA com o que a gente segue na rede particular, que é o que está sendo proposto, até no documento de centro de recreação, depois recebemos uma nova denúncia, fomos lá, eles tinham já tinham melhorado um pouco, tinham feito algumas coisas que a gente tinha solicitado, a última visita eu que chamei a vigilância sanitária para ir lá, porque é um caso que vem antigo da vigilância sanitária ir lá, eles estavam tentando ajudar ela se regularizar, fazer tudo certinho, eu levei a vigilância sanitária junto para que eles também dessem os pareceres, enfim, só para colocar que eu conheço esse espaço e que nós da Divisão de Estrutura tinha feito todos os procedimentos possíveis e até impossíveis, que daí foi a última ida com a vigilância sanitária lá.” A Presidente Ana Lucia diz: “Essa foi uma das denúncias, só para terminar, tem mais um encaminhamento da SEMED que é sobre o referencial curricular para educação infantil, a primeira versão Marilza, que também vai seguir para a Câmara da educação infantil, houve também solicitações de famílias, algumas eu respondi, uma que veio da escola Exemplar que a mãe estava solicitando que o filho do pré II passasse diretamente para o segundo ano, respondemos à legislação que tem que seguir, a matrícula no primeiro ano é obrigatória, quando ele estiver no segundo ano, ela pode, colocou aqui que ele tem avaliação neurológica de laudo com altas habilidades, de qualquer forma eu coloquei isso e a mãe não argumentou mais.” A Conselheira Camila retorna no assunto anterior e diz: “Sobre a situação do centro de recreação tia Ana, o CMDCA não tomou conhecimento disso, poderia oficial o CMDCA em caráter de informativo? porque já foi deliberado pelo fechamento, mas é porque a gente está representando o CMDCA...” a Presidente Ana Lucia diz: “Na verdade, nós não podemos nem deliberar pelo fechamento, nós vamos encaminhar para a prefeitura que lá é que eles vão ter que fazer, porque a vigilância sanitária é quem deu o alvará, porque no caso não é a Secretaria de Educação.” A Conselheira Camila diz: “Sim, se possível oficial para a gente ter conhecimento.” O Conselheiro Luiz diz: “Eu acho que oficial não, mas de repente, como você é representante, você já toma conhecimento nesta reunião, acho que não precisa não, eu acho.” A Presidente Ana Lucia diz: “Acho que seria bom que o CMDCA fosse até lá também e fizesse o acompanhamento, porque vai ser mais um dizendo, olha, não tem condição de funcionar, é bem importante porque a denúncia que a mãe fez, envolve abuso sexual, por isso que é grave, a gente correu para fazer a verificação.” O Conselheiro Anderson pergunta: “Vocês tem uma quantidade de crianças que estavam nesse dia? a primeira vez o Rodrigo falou, 45, quantas crianças tinha nesse momento que vocês foram? Porque além do risco, só para deixar mais claro que a gente já fechou um Centro de recreação há um tempo atrás, nós tínhamos nessa outra unidade, acho que umas 10,12 crianças, então foi muito mais fácil de se encaminhar essas crianças para ou unidade e garantir vaga, agora você imagina 45 crianças para uma região que só tem uma unidade de CMEI, o que nós vamos fazer?” A

Conselheira Marillette diz: “Não tinha toda essa quantidade de criança, até porque ela falou que ela perdeu muitas crianças por causa dessa denúncia da mãe, que a mãe colocou nas redes sociais e alegaram que elas aumentaram o valor da mensalidade, disseram que perderam bastante alunos em função disso, mas tinha alunos nas salas de aula, tinha alunos na sala de TV também, que é um cubículo assim, essas salinhas de aula, não tinha tudo isso, a Ana tem, porque ela anotou e o que a gente visualizou também é a falta de documentação dessas crianças, inclusive das gêmeas ela não tinha contrato assinado, ela não tinha documentação, não tinha certidão de nascimento, não tinha contato da família, não tinha absolutamente nada dessas 2 (duas) meninas que comprovassem o período que elas ficaram lá, que foi um período bem curto de colônia de férias, tem outras situações, depois que o Rodrigo falou, eu lembrei da geladeira, a dona Ana estava cozinhando e não tinha absolutamente nada na geladeira, para aquele almoço, não tinha uma carne, não tinha um legume, não tinha uma verdura, não tinha uma fruta, não tinha leite, o pouco que tinha ainda estava exposto, um arroz num pote sem data de vencimento, então existem outras situações além dessa questão com as gêmeas nesse centro de recreação.” A Conselheira Clície diz: “A gente precisa ter um estudo sobre vagas, porque quando se fecha um centro, o município obrigatoriamente tem que garantir essas vagas na rede pública, então precisa saber quantas crianças realmente tem lá porque se não a gente fecha o centro e não tem condições de atender as crianças.” A Presidente Ana Lucia diz: “Então o ano passado, quando foi feito o fechamento, eles já foram acolhidos lá no CMEI da Marilza, 10 crianças.” O Conselheiro Anderson coloca: “10 crianças distribuídas em 3 (três) unidades.” O Conselheiro Rodrigo coloca: “Por isso, que foi pedido na primeira vez para fazer as orientações, tentar ajudar se precisar, porque não tem onde colocar todas essas crianças, e a gente tem que dar conta a partir do momento que a gente fecha.” A Conselheira Sonia diz: “Como a Ana mesmo falou, não é o conselho que vai fechar, nós vamos encaminhar a questão para a prefeitura e a saúde é que vai tomar os encaminhamentos, mas a gente também não pode pensar, lógico, tem que ter a vaga para esses aluno, mas a gente não pode negligenciar a situação que está esse Centro.” A Presidente Ana Lucia coloca que o CMDCA pode fechar, e o Conselho Tutelar também pode, se for educacional somos nós. A Conselheira Dhebora pergunta: “Foi feita a denúncia do anúncio para o Conselho Tutelar?” A Presidente Ana Lucia coloca que não, mas a mãe foi na Polícia e fez B.O. e tem laudo do IML também.” A Conselheira Fátima Batistão diz: “Nós até hoje não recebemos nada, eu anotei agora o endereço e esou pesquisando.” A Presidente Ana Lucia diz: “Nós faremos o encaminhamento para vocês, a polícia já deveria ter feito para vocês, a orientação é de que a polícia passa nesse caso, mas nós faremos.” Continuando a pauta das correspondências a Presidente Ana Lucia coloca um caso que a mãe queria que a criança 3 anos, data de nascimento, e queria que ela fosse para o infantil IV, só porque a data de corte é 31 de março e a filha nasceu no dia 7 de abril, queria que o conselho autorizasse, “e perguntou se tem que ter um parecer jurídico para isso, fizemos o encaminhamento da legislação, não colocou qual a escola, é uma escola particular não é nossa escola, digamos assim, não é da escola pública. Também veio uma criança do segundo ano do particular para o terceiro ano letivo, veio para a Secretaria, a Secretaria, encaminhou para nós, é uma criança do Colégio Adventista, então sendo encaminhada para o Núcleo de Educação, quando nós encaminhamos para o núcleo, segundo a Dra. Clémen, na fala que nós tivemos, ela disse que o conselho encaminha, mas pede retorno do que foi feito, seja uma denúncia, seja um encaminhamento, porque o Conselho Municipal de Educação é do Município, não é só do infantil privado e do infantil até o fundamental fase I. Veio mais 2 (dois) casos que vão ser encaminhados para a Educação Infantil, que é a questão da redução de carga horária na educação infantil, do zero a 3, um do CMEI Sementes do amanhã e a mãe quer deixar pelo menos até 6 horas diárias mínimas e a são 7, ela está errada na questão da legislação, porque ela já tem uma filha no infantil IV que está saindo e ficando só meio período e que é ruim para ela enquanto grávida ficar buscando uma que fica 4 horas e a outra que vai ficar lá, ela colocou até às 17h30, mas eu acredito que não é a saída às 17h30, mas vai para a Câmara da educação infantil, e uma criança do CMEI Mari Silva, na verdade, a mãe está pedindo orientações, que o conselho e o Departamento de Educação Infantil oriente o Mari Silva, porque saiu o Parecer do Conselho no final do ano, e eles não estão seguindo as orientações dadas pelo conselho, é quase como se fosse uma denúncia, vai também lá para a Câmara, para a gente conversar e ver as



orientações para essa família.” A Presidente Ana Lucia informa que: “Solicitamos a SEMED e as escolas que têm 200 dias letivos., que encaminhasse para o conselho ou uma nova proposta de calendário, apontassem uma dispensa devido ao 20 de novembro ser feriado, isso já está, é uma lei nacional agora, e quem tem só 200 dias, que são as grandes redes, ela já coloca lá o seu dia, seus pontos facultativos, o nosso ponto facultativo do dia 28 de outubro seria só para nós, então as demais e as privadas não são obrigadas, elas acabam abrindo, mas a questão do dia 20 de novembro é para todas, então para ter o mínimo, foi que nós apontamos para SEMED, diante do calendário em que a prefeita já colocou os recessos e feriados, a Secretaria Municipal de Educação, os calendários estão todos com 199 dias, então nós precisamos do apontamento, ou que seja uma dispensa de reunião que não tem essa dispensa de reunião e seja a aula normal para não mexer em todo o calendário, ou se vai apresentar uma nova proposta de organização do calendário, o Secretário vai conversar, não sei se já conversou, mas não fez o encaminhamento ainda, iria conversar com as suas diretoras de departamento.” Seguindo a reunião a Presidente também informa que: “no CEI Letrinhas Coloridas, nós também estivemos presente, porque ela está fazendo reforma, obra, e tinha seguido orientação para fechar a unidade, porque ela tinha 207 dias, nós colocamos que a partir do momento que ela coloca no contrato dela com as famílias, 207, o mínimo dela é 207, ela tem que cumprir o contrato porque senão as famílias entram contra ela e ganham, não tem como colocar para nós quem me obrigou a fechar foi a Secretaria ou foi o conselho, então ela teria que repor, mas ela alugou um espaço ao lado, organizou, eu, a Marilette e o Luiz tivemos lá, a Madalena também teve, e de um dia para o outro a organização era outra, foi possível fazer esses atendimentos, a obra também, ela mandou fotos, ela usou todo o período do Carnaval, fez toda organização, a escola está bem bonita, até ela encaminhou para nós, mas nós precisamos ir lá, dar uma passada na Letrinhas Coloridas, o último assunto é a questão da conferência, eu estive presente na CONAE em janeiro, nós temos que fazer a nossa Conferência Municipal este ano de qualquer jeito, precisamos avaliar o Plano que ele está se encerrando, ele vai até julho de 2025, nesse caso teremos que elaborar os próximos 10 anos, esse encaminhamento é feito à Secretaria, Conselho e Fórum, nós temos aqui presente os 2 (dois) coordenadores, um da sistematização que é o Luís, e da mobilização que é o Rodrigo, nós vamos ter um trabalho intenso, nós iremos se reunir para começar esse trabalho, porque tem que avaliar o plano e ver quais são as metas, metas que foram atingidas e não é da Secretaria de educação, ela é do Município, então quando fala, Ah, quanto já atendeu da educação integral, por exemplo, é do Município, não é a porcentagem, que são os 30% referente à Secretaria de educação que nós vamos contar, as escolas particulares, as escolas estaduais que fazem parte, que também já tem um período integral, então assim tem que ter todo um cuidado, por isso que nós teremos a reunião e a intenção é trazer um especialista, além de orientar na questão da avaliação temos que começar a elaborar as metas, que são 20 (vinte) para de 2025 a 2035, assim que já sai agora em junho as metas do nacional, em cima delas sai as nossas e aí nós temos que deixar elaborado, para que em junho de 2025 seja aprovada a lei dos próximos 10 (dez) anos, são trabalhos intensos, bem do ano político, estamos verificando e a conferência a gente não tem condições de fazer a conferência em abril porque tem que fazer a Pré Conferência e o estudo das metas e estratégias deste plano, nós estamos verificando se há algum problema, se a gente fizer isso em junho ou em julho, porque tem as questões das eleições, se pega essas questões, até o pessoal, Ah, será que a prefeita vai poder participar? Estar lá presente? Como ela sendo candidata, mas em ação não haveria problema, mas vamos verificar se não há nenhum problema em relação à conferência em si, caso não seja um período eleitoral, nós teremos que fazer em novembro, porque ao longo de outubro se encerra, e se formos para 2 (dois) turnos, nós temos que fazer em novembro, mas a intenção é fazer isso antes de encerrar o primeiro semestre, trouxe essa atualização aqui da questão da conferência, o coordenador geral do fórum é o Cassio, então, Rodrigo e Luiz nós iremos conversar, tem os seus suplentes também, que acho que é a Sâmia e o Rodrigo Cardoso, e verificar aí como é que fica também as pessoas se todas as pessoas permanecem isso vai ter que ser uma reunião do fórum, se permanecem as pessoas, se sai algumas pessoas, isso do Fórum em si, acredito que é isto da reunião de hoje, encerrando as 15h45, eu agradeço a participação de todos na reunião de hoje, a nossa próxima reunião será no dia 6 (seis) de março, o calendário homologado já saiu com as datas das reuniões do Pleno, vamos colocar lá no grupo para vocês, para vocês terem todas as

datas durante o ano.” O Conselheiro Fábio pede a palavra e diz: “Ana, eu queria que o Conselho mandasse uma carta para prefeitura ou SEMED sobre os ônibus que não tem coordenadora dentro, só motorista, que por lei é obrigatório.” A Presidente Ana Lucia pergunta para Conselheira Angela, a mesma responde: “Os nossos ônibus não tem monitor, os nossos da Prefeitura, as terceirizadas tem, os nossos ônibus no Município, realmente não tem monitor só nos casos de Educação Especial, daí tem um Educador Social que faz esse monitoramento, é as terceirizadas, está previsto em contrato, todos eles têm, precisa ver qual é o caso, qual é a linha, se é linha nossa mesmo, se às vezes é linha de terceirizada se é de particular não compete à nós, a SEMED fiscalizar.” O Conselheiro Fábio coloca: “Independente, se fosse de prefeitura, ou particular o ônus é da prefeitura, mas que não tem, pela lei federal é obrigatório.” A Conselheira Angela diz: “Sim, mas nós não temos o cargo de monitor para Transporte Escolar.” O Conselheiro Fábio que é totalmente irregular, crianças soltas dentro de um ônibus, totalmente solta. A conselheira Angela responde: “Acho que dá para questionar, ma pedir para ele certinho, qual que é a situação, atual que é a linha, para a gente analisar e ver qual é o caso, se é de um terceirizado, porque aí é uma denúncia e a gente tem que fiscalizar, se é uma linha nossa ou se é uma particular, porque aí não compete realmente à nós, nesse momento tem que especificar bem qual é a linha que ele fala.” O Conselheiro Fábio responde: “É a do Papa Paulo, Cachoeira, Vila Nova, Zacarias, são tudo a prefeitura.” A Conselheira Angela pede novamente para que seja colocado tudo certinho e de preferência se conseguir colocar a frota, para conseguir ver se é terceirizado ou particular, ou Município. A Presidente Ana Lucia pergunta se tem mais alguém para se colocar, ninguém se manifesta, a Presidente Ana Lucia agradece a todos e encerra a reunião.

Eu, Valdinéia Santos de Lima, lavrei a presente ata e será assinada pelo Secretário Geral, Luiz Carlos Costa da Silva e pela Presidente Ana Lucia Rodrigues.

